

Processo no Senado levou a suspensão

Ex-diretora hoje trabalha em empresa de consultoria

● BRASÍLIA Depois do escândalo da quebra do sigilo do painel de votação do Senado, Regina perdeu o cargo de diretora do Prodasen, mas continuou funcionária da Casa. Sofreu um processo administrativo e foi condenada a uma pena mais branda do que a expulsão, defendida por muitos senadores. Recebeu 90 dias de suspensão, sem salário, mas com o direito de manter a aposentadoria.

Regina deixou o Senado no ano passado e hoje, aos 55 anos, trabalha numa empresa de consultoria em Brasília. Ela prefere não falar muito sobre o escândalo, em que foi a principal testemunha contra Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. A ex-diretora do Prodasen se limita a dizer que esse passado serviu como lição para sua carreira.

“Foi um episódio na contramão de minha vida”

Ao lado do marido, Ivar Alves Ferreira, técnico do Prodasen e também envolvido no escândalo da violação do painel, ver o nome divulgado ainda provoca nó na garganta. Regina admite que isso ainda atrapalha a vida profissional, mas diz que felizmente sua competência é reconhecida.

Para demonstrar sua competência, Regina cita o sistema Interlegis, que interliga virtualmente o Senado com todas as assembleias e câmaras de vereadores do país.

— Foram 30 anos de total dedicação ao Senado. A violação foi um episódio na contramão de minha vida— desabafa ela.

José Roberto Arruda, que renunciou ao mandato de senador para evitar a cassação e acabou reelegendo-se deputado pelo Distrito Federal, também comemora a absolvição e afirma que a decisão encerra um dos períodos mais difíceis de sua vida.

— Assumo minha responsabilidade: errei e não adianta transferir minha culpa. Mas foi um erro regimental e não criminal. Paguei um preço muito alto — disse Arruda. *(Isabel Braga)* ■